

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

CIBERATIVISMO E RESISTÊNCIA À DITADURA NA GUINÉ-BISSAU: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO INTRODUTÓRIA

Umaro Seidi

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13290>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

CIBERATIVISMO E RESISTÊNCIA À DITADURA NA GUINÉ-BISSAU: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO INTRODUTÓRIA

Umaro Seidi

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9720-2907>

Email: umaroseidioficial@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul. Brasil.

Resumo: A internet tem desempenhado um papel crucial na resistência ao autoritarismo, permitindo a coordenação de protestos, a denúncia de violações de direitos humanos e a construção de redes de solidariedade, tanto nacionais quanto transnacionais, que conectam ativistas locais e da diáspora. O ressurgimento da internet na Guiné-Bissau, a partir de 2013, foi um marco fundamental para a continuidade das lutas dos movimentos sociais, oferecendo novas possibilidades para a organização e ampliação da contestação política. Este artigo analisa as estratégias de atuação dos movimentos sociais na Guiné-Bissau, um contexto de repressão política, com ênfase no uso das redes sociais — especialmente Facebook, WhatsApp, Instagram e TikTok — como ferramentas de mobilização e articulação política. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa documental, desenvolvida a partir de um estudo de caso e fundamentado em uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados nas redes sociais, reportagens de jornais; além disso, realizaram-se revisão da literatura a respeito do tema buscando compreender como as mídias digitais potencializam a resistência e reconfiguram os mecanismos de engajamento dos movimentos sociais no país. Compreende-se que o ciberativismo não apenas desafia o autoritarismo político, mas também redefine os paradigmas da participação política e do exercício de ativismo em contexto de perseguição política.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, ciberativismo, redes sociais, movimentos sociais, autoritarismo.

CYBERACTIVISM AND RESISTANCE TO DICTATORSHIP IN GUINEA-BISSAU: NOTES FOR AN INTRODUCTORY DISCUSSION

Abstract: The internet has played a crucial role in resisting authoritarianism, allowing the coordination of protests, the denunciation of human rights violations, and the construction of solidarity networks, both national and transnational, that connect local and diaspora activists. The resurgence of the internet in Guinea-Bissau, starting in 2013, was a fundamental milestone for the continuity of the struggles of social movements, offering new possibilities for the organization and expansion of political contestation. This article analyzes the strategies of action of social movements in Guinea-Bissau, a context of political repression, with an emphasis on the use of social networks — especially Facebook, WhatsApp, Instagram and TikTok — as tools for mobilization and political articulation. The work is characterized as a documentary research, developed from a case study and based on a qualitative approach. The data was collected on social networks, newspaper reports; In addition, a literature review on the subject was carried out, seeking to understand how digital media enhance resistance and reconfigure the mechanisms of engagement of social movements in the country. It is understood that cyberactivism not only challenges political authoritarianism, but also redefines the paradigms of political participation and the exercise of activism in the context of political persecution.

Keywords: Guinea-Bissau, cyberactivism, social networks, social movements, authoritarianism.

INTRODUÇÃO

Pelas determinações da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996, no artigo 66º, o mandato presidente Umaro Sissoco Embaló deveria ter sido concluído em fevereiro deste ano, 2025. No entanto, esse prazo foi desrespeitado. Além de, ao longo de sua governação, não respeitar nenhuma lei, este governou sem um parlamento por mais da metade de seu mandato e adotou “política da violência” (ver Feltran 2021) como sua principal arma do exercício político. Porém, contrariamente ao projeto totalitário encarnado na figura da ideologia bolsonarista que projetou a “política da violência” no Brasil descrita por Gabriel Feltran, na Guiné, a política da violência constitui-se em um projeto da elite governante autoritária que propõe combater todos os opositores políticos, meios de comunicação, ativistas e organizações sociais contrários aos seus gostos pelo poder.

Parte deste exemplo está patente em, quando o presidente prorrogou ilegalmente sua permanência no cargo ao adiar as eleições gerais, que deveriam ter sido convocadas e realizadas antes do término de seu mandato legítimo. Contrariamente ao que demanda a Constituição, o presidente marca uma nova data das eleições para novembro de 2025, agravando a crise institucional no país e intensificando a instabilidade política. Essa extensão do mandato sem respaldo constitucional não só enfraqueceu ainda mais as instituições do país, como também ameaça o Estado de direito, minando o princípio da alternância de poder e a confiança da população nas normas democráticas estabelecidas desde a transição política de 1991. Assim, no limite, abre caminho para a consolidação do projeto da elite política e militar do país.

Tudo isso, ao mesmo tempo que, em descumprimento da Constituição, ao fortalecer o autoritarismo e fragilizar as instituições democráticas, também tem sido um catalisador da mobilização popular, particularmente entre organizações sociais e ativistas políticos. Diante da repressão estatal e da restrição dos espaços tradicionais de contestação política, esses atores têm desempenhado um papel central na articulação de novas formas de resistência, utilizando a internet como ferramenta estratégica para comunicação, organização e pressão contra os atores políticos envolvidos na crise (Putrawidjoyo, 2019).

Essa dinâmica de mobilização e de exercício de ativismo político foi denominado por Bennett; Segerberg (2012)¹ de “ação conectiva”, em outra linguagem, o ciberativismo. Os autores

¹ O conceito de “ação conectiva”, a partir de Bennett e Segerberg, faz referência a um engajamento ativista conectado a redes sociais on-line.

identificam dois elementos centrais que caracterizam a “ação conectiva”. O primeiro refere-se à personalização e disseminação de conteúdos políticos em grande escala, permitindo que indivíduos moldem e compartilhem narrativas políticas conforme suas experiências e perspectivas. O segundo elemento destaca o papel das novas tecnologias digitais, que possibilitam a circulação descentralizada desses conteúdos, rompendo com as hierarquias tradicionais da comunicação política, de fronteiras físicas e ampliando o alcance e a influência das mobilizações. Juntas, essas características transformam as dinâmicas do ativismo contemporâneo e tornam a participação política mais acessível, fluida e adaptável aos desafios da era digital. Logo, em contextos repressivos como a Guiné-Bissau, as redes digitais desempenham um papel importante na mobilização popular.

Diante das fragilizações das instituições democráticas e do desrespeito a direitos e a liberdades individuais, as plataformas digitais, especialmente redes sociais como Facebook, WhatsApp, X (antigo Twitter), Instagram e TikTok., têm se consolidado como espaços alternativos de engajamento político para os ativistas guineenses. Estas permitem a coordenação de protestos, campanhas políticas contenciosas, a disseminação de denúncias sobre violações de direitos humanos e a construção de redes transnacionais de solidariedade Tufekci, (2014); Castells (2015). Nesse contexto, além de conectar ativistas dentro e fora do país, a internet e as mídias sociais facilitam o diálogo com organismos internacionais, ONGs e a imprensa estrangeira, ampliando a visibilidade da luta contra o autoritarismo político-militar.

Conforme apontam Bennett; Segerberg (2012) e Tufekci (2017), o acesso a essas ferramentas tecnológicas por comunidades sob regimes antidemocráticos não apenas amplia as possibilidades de mobilização, mas também transforma a lógica da resistência. As redes digitais possibilitam a articulação descentralizada de protestos, a circulação rápida de informações e a formação de conexões transnacionais, as quais reduzem a dependência das estruturas hierárquicas tradicionais e desafiando os mecanismos de repressão estatal.

Até meados de 2010, por exemplo, o acesso limitado à internet e às redes sociais restringia o uso dessas ferramentas como instrumentos de mobilização política na Guiné-Bissau. Nesse período, as lutas das organizações sociais dependiam predominantemente de protestos presenciais, ocupações de espaços públicos, cujas convocações eram feitas por intermédio de contatos diretos — de pessoa a pessoa, “de bancada em bancada”² — ou por meio das rádios comunitárias e privadas que escapavam ao controle do regime. Esse cenário, no entanto, contrasta com a realidade

²A expressão bancada é popularmente conhecido no país. As bancadas são lugares que reúnem os/as jovens de bairros para discutir diversos assuntos, desde política, desporto, economia etc. as bancadas, na maioria das vezes, são vistas como espaços de lazer e de “formação de rua” para aqueles que as frequentam; não por acaso que nestes lugares nascem grupos de futebol, de organizações de bairros, de associações comunitárias etc.

atual, para a qual a internet tem desempenhado um papel central na articulação, ampliação e coordenação das mobilizações populares, permitindo um alcance e engajamento maiores, mesmo diante de restrições institucionais e coerção política.

Atualmente, experienciamos um cenário diferente. Embora as tradicionais estações emissoras (rádios) e a comunicação de bancada em bancada continuem desempenhando um papel de relevância na interação e mobilização da população, a popularização da internet e das redes sociais tornou-se o principal suporte para grandes mobilizações e estruturação de grandes campanhas políticas, elevando ainda mais as iniciativas anteriormente conhecidas e ampliando o alcance desses atos. São exemplos de campanhas que se popularizaram na internet: *Nô misti bai skola*; *Jomav rua (Jomav Bazza)*; *nô ka misti ditadura*; *rispita constituison ika fabur, i OBRIGASON*; *republika i anos*; *bo torna parlamento ku guvernu ku povo kudji*; *povo ika lixo*, entre outras. O acesso a esses canais de comunicação não somente conectou guineenses descontentes com o caminhar do país ao redor do mundo, mas tem servido como um espaço para a formulação de estratégias, expressão de sentimentos e orientação política.

No âmbito deste trabalho, identificou-se cerca de 10 grupos no WhatsApp, que reúnem guineenses residentes em diferentes países. Além disso, existem mais de 20 páginas e perfis no Facebook, TikTok, Youtube e Instagram dedicadas a expor a “política da violência” do governo guineense e consequente proposta do combate ao regime autoritário. Juntas, essas plataformas somam cerca de 445.000 seguidores, o que representa em torno de 21% da população do país. E, em média, as publicações contam com significativas interações com o público. Para um país pequeno, com uma população pouco superior a 2 milhões de habitantes, esses números são significativos e refletem o elevado engajamento e a ampla audiência dessas páginas e perfis. Assim, elas desempenham um papel crucial na visibilidade da luta contra o autoritarismo que se consolida no país.

Diante desse contexto, o presente trabalho procura responder à seguinte questão: Como tem se dado o ciberativismo em Guiné-Bissau? Isto é, de que forma grupos e ativistas/organizações sociais na/da Guiné-Bissau têm utilizado as plataformas digitais como ferramenta de resistência e enfrentamento ao autoritarismo? Busca-se analisar os mecanismos de mobilização e as dinâmicas de articulação política através dessas estratégias na contestação ao regime em curso. Foram mapeados perfis, páginas e grupos em diferentes redes sociais para serem incorporados ao trabalho. Não se delimitou o período da criação dos perfis, considerando-se apenas os seus alcances. Para o efeito de uso neste trabalho, selecionaram-se aqueles com maior impacto.

A discussão está estruturada da seguinte forma: inicialmente, será discutido o papel da internet e das mídias sociais como ferramentas de resistência popular — os aspectos conceituais. Em seguida, será apresentado um panorama do contexto político da Guiné-Bissau, abordando as presidências de José Mário Vaz (Jomav) e Umaro Sissoco Embaló (USE) e os inícios do ciberativismo no país. Por fim, apresentarei um mapeamento e análise das estratégias adotadas pelas organizações de movimentos sociais na utilização dessas plataformas para a mobilização e contestação política.

1. BREVE APONTAMENTO SOBRE O CIBERATIVISMO

O ciberativismo, é o conceito mais popular para se referir a atos de ativismo político-social decorrentes por meio das redes sociais. Segundo Queiroz (2017, p.2) “o ciberativismo ganhou força [ou popularidade] a partir da onda de protestos ocorrida na denominada Primavera Árabe, que começou no final de 2010, com características transnacionais e que passou pelo Norte da África e o Oriente Médio”. No entanto, para a Alcântara (2015; 2016) desde a segunda metade do século XX, já havia indícios de mudanças nos padrões da ação coletiva, particularmente incorporadas as redes de comunicação. Assim sendo, segundo a autora,

“A construção [de] ferramentas, espaços e dinâmicas de comunicação próprias dos movimentos sociais não é algo novo que remonte a última década do século XX, embora novos fenômenos tenham surgido com a internet. Além disso, as mídias alternativas não [constituem] apenas objetivo[s] de luta, são também formas de luta, influenciando assim nas próprias dinâmicas dos atores e da ação coletiva” (Alcântara, 2015, p. 84).

Esse processo de construção de espaços e dinâmicas próprias de comunicação pelos movimentos sociais impulsionou reflexões sobre as transformações na ação coletiva, especialmente diante das novas possibilidades trazidas pela internet. Com o avanço das tecnologias digitais, emergiram novos conceitos na sociologia dos movimentos sociais para compreender essas mudanças, entre eles, o ciberativismo. Queiroz (2017) reforça compreensões a esse respeito, entendendo que, a evolução e a inovação tecnológica despertaram interesses de vários setores, “incluindo aí os ativistas de inúmeras causas. Esses mesmos setores começaram a fazer uso dessa nova tecnologia comunicacional e, então, criaram o termo ciberativismo, ou seja, o ativismo exercido por meio das tecnologias digitais e da Internet, presentes no mundo ciberespacial” (Queiroz (2017, p. 3).

No entanto, o ponto fundamental a ser considerado é que, esse termo passou a ser utilizado para descrever a mobilização política e social mediada por plataformas digitais, evidenciando como

as mídias alternativas não apenas divulgam pautas e organizam discursos, mas também reconfiguram estratégias de engajamento e participação, influenciando diretamente as dinâmicas dos atores sociais e dos protestos na contemporaneidade. De modo geral, Alcântara (2016) define o ciberativismo como o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) por movimentos sociais e ativistas para mobilização, articulação e disseminação de suas pautas. Vegh (2003), *apud* Queiroz (2017) também conceitua o termo dessa forma, como o uso da Internet por movimentos/organizações politicamente motivados. Essas tecnologias ampliam o alcance das ações coletivas, permitindo novas formas de engajamento e participação política.

Convém observar que, em ambas as situações, o termo ciberativismo está intrinsecamente relacionado à prática política, na medida em que o ativismo, em sua essência, não pode ser dissociado do engajamento com causas sociais e politicamente reconhecidas. Além disso, trata-se de uma esfera que envolve disputas de poder, na qual a mobilização digital se torna um espaço estratégico para a contestação e a construção de narrativas políticas.

A ação coletiva baseada em identificações exclusivas e redes fortemente vinculadas exerce enorme influência no cenário político contemporâneo. No entanto, essa dinâmica foi transformada pela ascensão de novas formas de mobilização, nas quais a ação coletiva personalizada ganha protagonismo. Sob tais condições, a mídia digital não apenas facilita a articulação entre indivíduos, mas se torna um elemento estruturante da organização e da própria identidade dos movimentos (Bennett & Segerberg, 2012; Rohlinger & Bunnage, 2018). Esse processo, obviamente, não elimina as formas tradicionais de engajamento, mas as reconfigura, criando uma nova ecologia de mobilização política, na qual a personalização e a interconectividade digital redefinem os contornos da ação coletiva (Bennett & Segerberg, 2012).

O crescimento das redes sociais e, em particular, seu uso como espaço de mobilização, permitiu que atores e organizações, ao redor do mundo, ampliassem suas vozes e conexões. Para Queiroz (2017), os participantes de movimentos sociais, bem como aqueles que se identificam com suas causas, encontraram na internet uma oportunidade para fortalecer suas formas de comunicação e defender suas pautas. Tal como observa o autor, “o meio digital tornou-se, então, o canal de comunicação mais usado pelos ativistas” (Queiroz, 2017, p. 3).

É nesse cenário de popularização da internet e das mídias sociais que, em contextos políticos mais repressivos, como o da Guiné-Bissau, os atores dos movimentos sociais buscam dar visibilidade às suas lutas, articulando-se e promovendo campanhas por meio das redes. À luz do que Bennett (2012) afirma, o acesso a ferramentas tecnológicas por comunidades que vivem em contextos antidemocráticos proporciona um mecanismo de oportunidade para a estruturação de

uma resistência organizada no ambiente digital. De maneira semelhante, até meados de 2010, Guiné-Bissau enfrentava limitações significativas de acesso à internet, o que restringia a atuação das organizações sociais nesses meios. Como consequência, suas lutas ocorriam predominantemente por meio de ocupações de espaços públicos, os quais, como ilustrado anteriormente, eram convocados de forma presencial, de bancada em bancada ou pelos meios de comunicação (rádios) privados ou comunitários.

2. A INTERNET E O CONTEXTO POLÍTICO GUINEENSE

Antes de aprofundarmos a reflexão sobre os modos de resistência, especialmente o papel das mídias sociais na mobilização e organização de ações coletivas no país, é essencial contextualizar o cenário político que possibilitou e impulsionou esse processo. A dinâmica sociopolítica influenciou diretamente a forma como os movimentos sociais se estruturaram e recorrem às plataformas digitais para articular suas demandas, ampliar sua visibilidade e desafiar estruturas de poder. Como assinala Tilly (2006), contextos políticos moldam significativamente as formas de atuação dos movimentos sociais; as mudanças no ambiente político influenciam as estratégias dos movimentos sociais. Dessa maneira, compreender o contexto político não exclusivamente configura-se como elemento central na explicação da emergência dessas práticas, como também permite analisar as estratégias adotadas e os desafios enfrentados pelos atores sociais engajados na luta por mudanças.

Guiné-Bissau tem uma história marcada por instabilidades político-militares, golpes de Estado e crises institucionais. Desde a transição política em 1991, o país já passou por mais de quatro golpes de Estado, além da sucessiva destituição do parlamento e/ou do governo e do assassinato de atores políticos (Seidi, 2024). Os conflitos políticos, frequentemente envolvendo diretamente os militares, foram recorrentes até 2012, quando ocorreu um golpe de Estado liderado por grupos militares, que assumiram o controle do país e, sob pressão da comunidade internacional, nomearam um civil para a presidência (Lima, 2012).

De acordo com o autor, esse golpe resultou na interrupção do processo eleitoral em andamento, na pressão internacional pela criação de uma estrutura responsável pela transição política e na realização de novas eleições. Como parte desse processo, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou um contingente militar para garantir a estabilidade e viabilizar o retorno à normalidade constitucional. Esse processo culminou na realização das eleições de 2014, que levaram José Mário Vaz (JOMAV), do Partido Africano para

a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), à presidência, que viria a se tornar o primeiro chefe de Estado do país a concluir um mandato de cinco anos desde a transição política de 1991.

Por outro lado, devido à ampla repercussão internacional desse golpe e ao envolvimento de organismos internacionais na busca de soluções para crises políticas anteriores, a Guiné-Bissau foi imediatamente suspensa de organizações como a União Africana, enquanto perdurava a instabilidade. Além disso, os militares diretamente envolvidos no golpe foram alvos de sanções, sendo impedidos de ingressar em países membros da União Europeia (UE). Entre esses atores estavam António Indjai, Mamadu Ture (N'Krumah), Augusto Mário Có, Estêvão Na Mena, Ibrahima (Papa) Camará e o tenente-coronel Daba Na Walna (Pessôa, 2012). Este último sendo porta-voz do grupo glopista.

Ao fim dessa instabilidade política, deu-se início a uma nova fase. A realização das eleições de 2014 possibilitou que PAIGC e o seu candidato à presidência da república fizessem “dobradinha”, vencendo as eleições legislativas e as presidenciais. Esse período culminou com a recuperação da identidade (domínio) do país na internet .gw. Desde 1999, o país já tinha presença na internet por meio da Guiné Telecom, responsável pelos serviços de telefonia fixa e acesso à internet. Porém, o telefone móvel só se popularizou nos meados de 2000 a 2005 e, nesse período, poucas pessoas tinham acesso a esse material, particularmente devido a seus custos.

Segundo Cassamá (2014), na primeira década do século XXI, Guiné Telecom enfrentou sérias dificuldades financeiras, culminando com a interrupção de seus serviços em 2013 e a declaração de falência em 2014. Durante esse período de instabilidade, sobretudo a partir de 2007, o domínio nacional “.gw” foi sequestrado e utilizado para fins ilícitos, particularmente pornográficos, prejudicando a imagem do país na esfera digital. Assim, a recuperação do domínio e a restauração da identidade digital da Guiné-Bissau só ocorreram com a intervenção da “Dns.Pt” empresa portuguesa especializada e responsável por gerir a identidade digital portuguesa, que colaborou com o governo guineense para retomar o controle do domínio e restabelecer a presença online do país.

Considerando esses fatos e as “graves crises políticas” que marcaram esse período, provocadas, particularmente, pela destituição do governo do PAIGC pelo então presidente, JOMAV, Guiné-Bissau passou a registrar uma crescente onda de protestos Seidi (2023; 2024) e uma forte presença de organizações sociais e políticas no ambiente digital (Baldé, 2021). Inicialmente, essas mobilizações ocorreram, sobretudo, no Facebook e WhatsApp e, nos últimos anos, plataformas como TikTok e Instagram também se tornaram espaços importantes para a articulação e disseminação de discursos políticos.

Se, ao longo da presidência de José Mário Vaz (JOMAV), o país foi palco de protestos de diversas naturezas — os quais enfrentaram forte repressão por parte do governo, sobretudo contra aqueles que ousavam ocupar as ruas —, durante a presidência de Umaro Sissoco Embaló a perseguição a opositores políticos e ativistas tornou-se ainda mais explícita (Da Philif Silva, 2023). Isso ocorre porque este último adota uma postura autoritária, posicionando-se publicamente a favor da repressão de qualquer movimento ou manifestação que desafie seu governo (Cassamá, 2023). Tal postura abre caminho para graves violações dos direitos humanos, para a criminalização da liberdade de manifestação e, sobretudo, para o aprofundamento do cerceamento de direitos fundamentais, como a educação e a saúde — pautas centrais de várias organizações sociais. Sob esses desígnios, a postura do presidente institucionaliza uma política da violência, tendo como alvos todos aqueles que ousam desafiar sua permanência vitalícia no poder, conforme já manifestado por ele publicamente.

A violação sistemática de direitos, em especial no tocante à liberdade de expressão e ao direito de manifestação, tornou-se um dos traços marcantes de seu governo, refletindo um crescente autoritarismo que fragilizou ainda mais o espaço público e as instituições democráticas do país. Aliás, durante o seu mandato, o direito dos cidadãos de se reunirem publicamente para realizar qualquer ato de protesto contra o regime foi completamente abolido pelo comissário da Ordem Pública (Lusa, 2024)³ que responde diretamente ao Ministério do Interior pasta ocupada pelo ministro de confiança do presidente.

De modo similar, a política de violência adotado pelo regime liderado por Sissoco define os meios de comunicação locais e internacionais como seus alvos, atacando-os sistematicamente por meio de invasões às suas sedes e perseguindo seus jornalistas (Issufo, 2024). Diante da ausência de alternativas institucionais viáveis e da manifesta insensibilidade política na relação com os opositores, verificou-se uma aceleração significativa na adoção das redes sociais como espaço privilegiado para a emergência do ciberativismo.

Como argumenta Castells (2015), essas plataformas proporcionam maior horizontalidade na comunicação, ampliando as oportunidades e a liberdade de disseminação de mensagens. Isso possibilita que conteúdos alcancem um público amplo, tanto em âmbito nacional quanto internacional, fortalecendo o debate público e a mobilização social. Para Rohlinger; Bunnage

³ Consultar o link disponível aqui: <https://www.dw.com/pt-002/minist%C3%A9rio-do-interior-da-guin%C3%A9-bissau-pro%C3%ADbe-manifesta%C3%A7%C3%B5es/a-67990606>. acesso em 8/3/25.

(2018), Bennett; Segerberg (2012), esse tipo de comunicação ajuda a fortalecer a identidade dos grupos, e a ampliar mais as conexões do movimento com outros atores.

À luz dessa “nova” reconfiguração do ativismo que passa a “inundar” — num bom sentido da palavra — as redes sociais, guineenses que residem em diferentes partes do mundo passam a construir canais particulares de comunicação, semelhantes a suas próprias bolhas de informações, espaços virtuais de articulação, campanhas virtuais de denúncia sobre violação de direitos. De facto, essas ações desafiam diretamente as restrições impostas pelo Comissariado da Ordem Pública do país e, procuram, nos dizeres de Baldé (2021) manter uma influência direta no debate político do país.

3. CIBERATIVISMO NA GUINÉ-BISSAU

Uma ampla gama de informações sobre a Guiné-Bissau pode ser encontrada em diferentes redes sociais. No entanto, entre estas, sem dúvida, há uma hegemonia sobre relatos frequentes de violação dos direitos humanos. Essas violações não são promovidas apenas por grupos isolados; ao contrário, como demonstrado até aqui, a própria estrutura do Estado tem sido instrumentalizada para sustentar essas práticas, perpetuando um cenário de impunidade e repressão. Para Semedo (2011; 2020), Mango e Kreuz (2024) esse quadro se agrava devido à fragilidade institucional, à falta de mecanismos eficazes de controle e à conivência de setores políticos e militares, tornando a questão ainda mais complexa e sistêmica.

Diante desse contexto, as mobilizações populares na Guiné-Bissau tornam-se mais desafiadoras e sujeitas a um controle rigoroso. A repressão estatal, a vigilância sobre ativistas e a ausência de um ambiente democrático robusto dificultam a organização de protestos de grande escala (Seidi, 2023). No entanto, se a mobilização massiva nas ruas tem encontrado obstáculos, as redes sociais têm desempenhado um papel crucial na articulação política e social, tanto dentro do país quanto entre as diásporas guineenses. Logo, as plataformas digitais tornaram-se ferramentas estratégicas para denunciar abusos, amplificar vozes silenciadas e fomentar o debate público, consolidando-se como instrumentos essenciais de contestação ao poder.

Desde meados de 2013, diversas pautas marcaram as mobilizações no país, com destaque para as exigências relacionadas à definição de uma data para as eleições gerais, direito à educação, renúncias dos presidentes entre outras demandas políticas. Foi nesse cenário que o ciberativismo ganhou seus primeiros contornos. A carta enviada ao então presidente interino, Serifo Nhamadjo, por diversas organizações da sociedade civil, incluindo Ação para Desenvolvimento (AD), ALTERNAG, Amigos de Crianças, Casa dos Direitos, Conferência Geral dos Sindicatos

Independentes (CGSI-GB), Federação Kafo, Associação Força Guiné, Liga Guineense de Direitos Humanos, Movimento Ação Cidadã, TINIGUENA, Rede de Associações Juvenis – Bairro Militar, Sindicato Nacional de Professores e Sindicato dos Trabalhadores de Saúde marca o início dessa “nova era” do ativismo no país. O documento reivindicava a realização imediata das eleições e foi um dos primeiros registros de manifestação política amplamente divulgados nas redes sociais por organizações sociais. Sua publicação ocorreu em 19 de março de 2013, no Grupo dos Intelectuais de *Binhan Brassá* na Diáspora, na rede social Facebook.

Apesar da reduzida interação registrada desta publicação — fato que pode ser explicado, de um lado, pela limitada infraestrutura de acesso à internet no país e, de outro, pela especificidade do público do grupo em que foi divulgada —, os poucos comentários e partilhas já davam sinal daquilo que o futuro reservaria. Tal iniciativa, portanto, representa um marco inicial que, anos mais tarde, viria a se consolidar como principal estratégia de atuação de ativistas vinculados às organizações de movimentos sociais.

As dinâmicas e o crescimento dessas redes sociais no país, não só foram fatores principais para a criação de diversas organizações de movimentos sociais, mas também atuam diretamente no favorecimento da organização de protestos além de ampliar o engajamento dos atores (Baldé 2021). Sob este olhar, o uso das redes sociais por parte das organizações e ativistas para manifestações e organização de ações coletivas de contestação cresceu significativamente a partir do final de 2015, com o agravamento da crise política que se estendeu até o término do mandato de JOMAV. Nesse período, aumentou a divulgação de vídeos e outros registros feitos durante as manifestações, e, a partir de 2017, as transmissões ao vivo dos protestos em Bissau e outras regiões do país começaram a ganhar espaço. São exemplos dessa prática as manifestações do movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, manifestações da coligação dos partidos políticos e do coletivo dos estudantes (Carta 21). Essa estratégia visa não apenas mostrar para o mundo a ação em si, como ainda denunciar atos de violência que, com frequência, fazia presentes nessas manifestações.

Paralelamente a esses atos, novos repertórios de ação foram adotados, especialmente pela diáspora guineense, que passou a produzir e divulgar vídeos para denunciar o regime liderado por Mário Vaz e, posteriormente, Umaro Sissoco Embaló, e demonstrar solidariedade às vítimas da repressão⁴.

⁴ O link a seguir contém um vídeo de estudantes guineenses na UNLAB. A manifestação gravada no vídeo foi organizada pela Associação (AEGU) destes estudantes: <https://www.facebook.com/umaro.seidi.50/videos/1237404706456404>. Acesso em 11/03/2023.

O ano de 2018 será fundamental para a consolidação desta estratégia. Sob forte mobilização popular que exigiam o fim das greves no setor da educação, refletindo o descontentamento generalizado da população diante do colapso do sistema educacional, emergiram campanhas na internet como “*Nô Misti Bai Skola Suma Bô Fidjus*” e “Jomav Rua”, que ampliaram a mobilização popular e inseriram a questão educacional no centro do debate político nacional.

Nesta altura, o domínio das redes sociais, particularmente o Facebook foram principais vetores na unificação de guineenses revoltados, não só com a situação específica da educação, mas com as recorrentes instabilidades políticas decorrentes desde finais de 2015. Conforme argumenta Gerbaudo (2012), plataformas como o Facebook e o X têm o potencial de transformar sentimentos individuais de revolta em identidades coletivas, uma vez que os indivíduos passam a se reconhecer como vítimas do mesmo sistema. Nesse sentido, as campanhas em referência representaram um passo importante para a unificação das vozes discordantes com o sistema político. Mais tarde, número significativo desses atores viria a fundar o Frente Popular — e outras organizações —, um movimento social com uma grande parte de seus membros residentes na diáspora e em diferentes países, que se articulam através de redes sociais.

A campanha “*Nô Misti Bai Skola Suma Bô Fidjus*” teve grande adesão, pois apelava diretamente à preocupação das famílias com o direito à educação de seus filhos. Por meio das redes sociais, cidadãos de diferentes regiões do país e membros da diáspora participaram ativamente, gravando vídeos, publicando textos e compartilhando imagens com cartazes contendo a frase de contestação da campanha: *Nô Misti Bai Skola Suma Bô Fidjus*. De facto, as campanhas e o engajamento digital dos atores, aumentou a visibilidade da mobilização, rompendo com as barreiras das manifestações presenciais, resultando numa ampla mobilização de apoios da comunidade internacional. Esse impacto digital transformou ao mesmo tempo os movimentos sociais em locais e globais, seguindo (Castells 2015).

A dimensão global/local manifesta-se na sucessiva incorporação da diáspora e da comunidade internacional na defesa das pautas levantadas por movimentos locais, o que amplia significativamente o alcance dessas ações. Nesse cenário, por exemplo, destaca-se o movimento estudantil Carta 21, que desempenhou papel fundamental ao fortalecer a organização e a articulação das manifestações locais. Sua atuação extrapolou a mobilização de estudantes, envolvendo também sindicatos, associações de pais e organizações da sociedade civil, o que resultou na constituição de uma frente mais ampla de contestação. A pressão exercida por esse movimento obrigou o governo a negociar com os sindicatos e buscar soluções para a crise educacional, evidenciando o potencial da mobilização popular na luta por direitos fundamentais.

O impacto dessas ações no cenário internacional desencadeou mobilizações que se manifestaram através da pressão por parte de diversas organizações, especialmente da ONU, que ameaçou impor sanções à Guiné-Bissau caso as violações de direitos humanos persistissem (ONU, 2019; DW, 2020). Além disso, a CEDEAO tem se mostrado receptiva às denúncias de organizações sociais e políticas, buscando solucionar conflitos políticos e militares no país (DW, 2024).

O surgimento do Frente Popular contribuiu para a expansão das dinâmicas de mobilização digital. Embora mantenha conta no Facebook, rede social que mais utiliza para divulgar suas atuações, sua principal forma de articulação entre os membros ocorre por meio dos grupos do WhatsApp, na qual estão ativos mais de cinco grupos, além de um grupo principal composto por seletos membros do movimento. Muitos desses grupos são denominados de acordo com o país de residência de seus administradores e da maioria de seus membros, por exemplo, Frente Popular Guiné-Bissau, Frente Popular Brasil etc., o que evidencia, de um lado, a relevância da diáspora na organização, e de outro, a eficiência do uso das redes sociais como instrumentos de articulação transnacional. Além do mais, destaca a importância de uma articulação prévia, um detalhado planejamento estratégico da ação. Em argumento do Gerbaudo (2012), a etapa do planejamento evidencia limitações da tese da horizontalidade, na medida em que esta tende a ignorar os esforços prévios e a atuação estratégica de um núcleo responsável por organizar e viabilizar a ação coletiva.

A seguir, apresenta-se figura de algumas campanhas realizadas pelos movimentos nas redes, com destaque para o Facebook e o Instagram. Cabe ressaltar, contudo, a crescente relevância do TikTok, cuja ascensão tem ampliado significativamente o alcance e a visibilidade dessas iniciativas, sendo usado pelos ativistas, principalmente para divulgar vídeos.

Figura 1: Campanhas nas redes sociais



Elaborado pelo autor.

As campanhas e manifestações ilustradas revelam a multiplicidade de estratégias de mobilização utilizadas pelos ativistas guineenses diante da instabilidade política e social do país. De um lado, há uma denúncia aberta do autoritarismo, expressa em frases de ordem como “Abaixo a ditadura” e “Jomav RUA”, que expressam a rejeição a práticas políticas de exclusão e centralização de poder. De outro, emergem pautas sociais, especialmente na área da educação, representadas pelas campanhas “*Nô misti bai skola suma bó fidjus*” e “*Dia de luto virtual kontra grevi na skolas di stadu*”. Assim, estas configuram-se como expressões de um ativismo que se reinventa diante das restrições políticas, explorando o espaço virtual como arena de disputa e visibilidade.

A seguir, apresento os principais canais de comunicação mapeados nesta revisão. A seleção das páginas, contas e grupos descritos baseou-se no nível de engajamento demonstrado ao longo do período analisado. Foram excluídos canais que não apresentavam um caráter contestatório, como páginas de rádios voltadas apenas para a informação, sem uma abordagem crítica em relação aos diferentes regimes. Tais contas, páginas, perfis pessoais etc. selecionados funcionam como arenas de mobilização digital e participação cidadã, atingindo um público diverso.

Quadro 01: distribuição de páginas/perfil/grupo mapeados por rede social e nº de seguidores

Nº	Nome da página/conta	Número de seguidores/membros	Local/rede social
1	Abel Djassi Primeiro	17+3.3 mil	Facebook+Tiktok
2	Bissau terra kunodjunta	5 mil + 6 mil	Facebook + Tiktok
3	Carlos Santiago	14 mil	Facebook+Tiktok
4	Estamos a Trabalhar	10+20 mil	Facebook+ Tiktok
5	Movimento Social Democrático	9,9+2.3 mil	Facebook+ Tiktok
6	Denuncia	4,9 mil	Facebook
7	Radio Televisão Radar	10+14.2 mil	Facebook+ Tiktok
9	Irmão patriota	27+24.4 mil	Facebook+ Tiktok
9	Socorro Guiné-Bissau	4.9 mil	Facebook
10	Liberdade na Guiné-Bissau	5.4 mil	Facebook
11	Eu sou Belmiro Pimentel	36 mil + 13 mil	Facebook + Tiktok
12	Movimento de Cidadãos Conscientes e inconformados	9,9 mil	Facebook
13	Movimento Djorson de Bardade	3.8 mil	Facebook
14	Carta 21	3,6 mil	Facebook
15	Apoio a Consolidação da Paz e Democracia na GB	5,2 mil	Facebook
16	Sumaila da Guiné	13 mil	Facebook
17	Fidjus de Cabral	34,4 mil	Tiktok
18	Contraaditaduraxxi	16,7 mil	Tiktok
19	Olhoreporter	62,4 mil	Tiktok
20	Educar mentes para Democracia	7 mil	Facebook
21	Conosaba	37 mil	Facebook
22	Frente Popular	5,4 mil + 1,900	Facebook + Tiktok
23	Fartudibos	1.000 + 500 + 1.560	Facebook + Instagram + Youtube

Elaborado pelo autor.

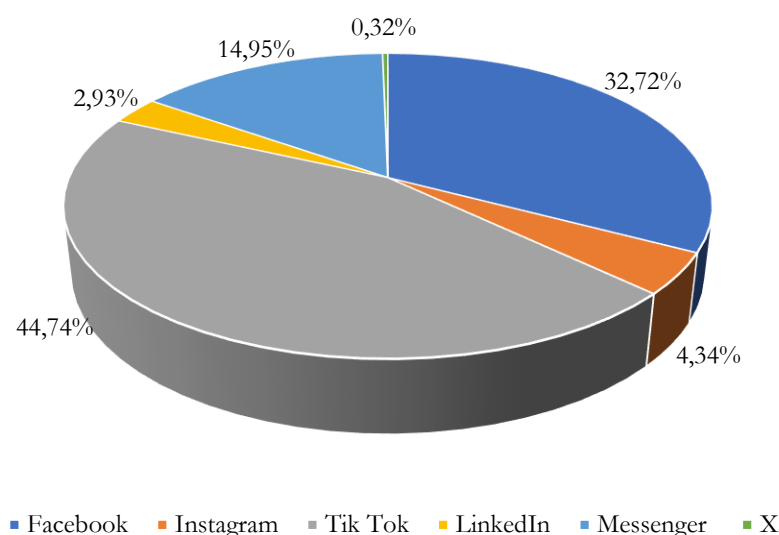
Entre as diversas contas, destaca-se o Fartudibos, que, embora não reúna um número expressivo de seguidores em suas redes, diferencia-se por ser formado por músicos — especialmente rappers — e poetas que utilizam a arte como instrumento de contestação. O impacto de sua atuação é evidenciado pelo alcance de suas produções musicais: em apenas um ano, o movimento lançou em torno de 15 músicas, todas com milhares de visualizações — sendo as três mais assistidas somando 66.210 *views* e os três do lado oposto com 5.528 —, o que reforça sua relevância no cenário de mobilização cultural e político, e sobretudo, como diz Castells (2012), no ativismo de contestação e da confrontação do status quo.

Por esta razão, mesmo que a concentração de usuários ocorra majoritariamente em outras redes sociais, conforme o gráfico abaixo, no Youtube, o engajamento do Fatudibos revela-se importante nesse cenário de combate ao autoritarismo.

Por outro lado, o fato de haver poucos canais/perfis no Youtube e Instagram destinados a conteúdos de ativismo político, revela outro dado importante: a concentração destes no TikTok e Facebook. De acordo com o relatório do Datareportal de 2025⁵, a Meta identificou, em janeiro deste ano, aproximadamente 443 mil usuários de TikTok, 324 mil perfis de Facebook e apenas 22 mil de Instagram na Guiné-Bissau.

Esses dados se revelam no gráfico a seguir e, de certa forma, mostram como o ciberativismo guineense está concentrado em duas das principais redes sociais mais usadas no país.

Gráfico 01: Usuários de redes sociais na Guiné-Bissau 2025



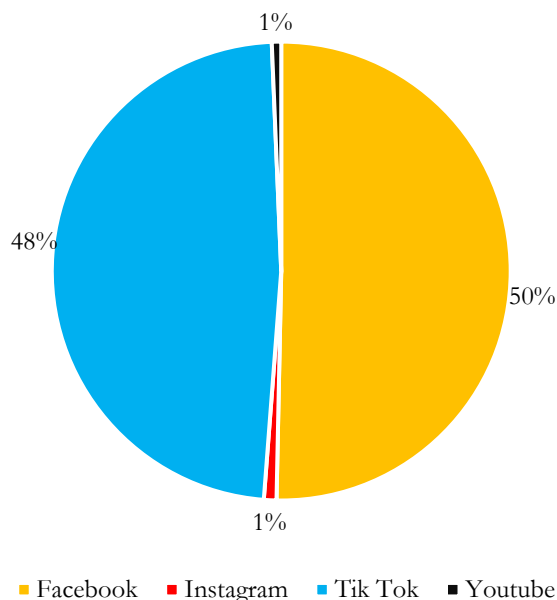
Elaborado pelo autor com base em dados da DataReportal

⁵ Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2025-guinea-bissau>. Acesso em 17/06/2025

Apesar de, atualmente, conforme os dados do gráfico, os guineenses na Guiné-Bissau utilizarem mais o TikTok, há um número maior de páginas e perfis no Facebook voltados para uso ativista. Provavelmente isso se deve a dois fatores. Primeiro porque o Facebook foi criado muito antes do TikTok, de modo que seu uso para o compartilhamento de conteúdo ativista surgiu antes desta. O segundo fator está relacionado à grande concentração de guineenses no exterior, que, de certa forma, construíram uma rede mais ampla de relações no Facebook, com a possibilidade de compartilhar textos de opinião ou de análise com esse público. Esse último fato se reforça devido a raridade com que alguns ativistas divulgam vídeos gravados por eles em suas redes. Por outro lado, a facilidade no acesso a opção de publicação de textos em formato de artigos de opinião facilita a divulgação destes conteúdos.

A distribuição de seguidores também segue essa lógica do domínio das duas redes sociais. Nos dados mapeados, o Facebook e TikTok concentram mais de 95% de seguidores, conforme pode se ver no gráfico 02. Portanto, esse cenário consolida essas duas redes como principais ferramentas de articulação e mobilização política, ao passo que, o Youtube e o Instagram, ocupam espaços secundários, sucessivamente.

Gráfico 02: Distribuição de % de seguidores/inscritos por rede social



Elaborado pelo autor

Ainda que na Guiné-Bissau usa-se mais TikTok, nos dados mapeados, esta rede social ocupa apenas a segunda posição quando o foco é o debate político. Assim, enquanto o Facebook

se firma como lugar de compartilhamento de conteúdo ativistas, o TikTok cresce na mesma proporção mobilizando mais ativistas a produzirem conteúdos para esta rede social como forma de atingir o grande público guineense que acessa a rede. Esse crescimento acelerado tende a alterar, em longo prazo, a hegemonia do Facebook. Pois, conforme os dados do Datareportal 2025, há um elevado nível de adesão à plataforma pelos guineenses, especialmente no que se refere à difusão de conteúdos culturais e no crescimento de interação nas lives.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar as estratégias utilizadas — e ainda em uso — por organizações sociais e ativistas políticos para pressionar os regimes políticos na Guiné-Bissau, com foco nas presidências de José Mário Vaz e Umaro Sissoco Embaló. A escolha desses dois presidentes se deve a fatores específicos: no caso do primeiro, além de adotar uma política repressiva contra atores políticos e ativistas, seu mandato coincidiu com a retomada da normalidade no acesso à internet no país. Por outro lado, o seu mandato inaugura a crise política que permanece desde 2015 até a data presente (2025).

Já no caso do segundo, sua postura abertamente autoritária manifesta-se na defesa e implementação de medidas severas em restringir às liberdades de expressão, com destaque para a limitação do direito à manifestação. Desde a época que atuou como primeiro ministro, no mandato de JOMAV, verificou-se um investimento sistemático na compra de gás lacrimogênio e outros materiais para que autoridades de segurança controlem protestos pacíficos. Além do mais, Embaló legitima uma política de violência, marcada por perseguições a opositores e ativistas, ao mesmo tempo em que compromete a independência das instituições estatais, como o Judiciário, ao nomear inconstitucionalmente aliados e pessoas próximas para cargos-chave.

Assim como argumentado pela Queiroz (2017), sobre a relação entre a expansão de internet e o crescimento das redes sociais como fator que contribui para a estruturação do ciberativismo, na Guiné-Bissau, o ressurgimento da internet e a expansão no uso das redes sociais no país conformam-se como mecanismos essenciais para a mobilização social e a resistência ao autoritarismo. Sendo este um cenário onde os espaços tradicionais de protesto são amplamente restringidos, plataformas digitais como Facebook, WhatsApp, Instagram e TikTok tornaram-se alternativas eficazes na luta contra regimes autoritários. Portanto, a partir de uma “ação conectiva” Bennett e Segerberg (2012), os ativistas guineenses desenvolveram diferentes repertórios de ação, ampliando suas vozes e buscando fortalecer a resistência popular.

O ciberativismo na Guiné-Bissau tem apresentado também implicações na transformação da relação entre sociedade civil e organismos internacionais. A capacidade de ativistas em disseminar informações e construir redes de apoio transnacionais tem fortalecido o monitoramento da comunidade internacional sobre a violação de direitos democráticos. Dessa forma, a pressão desenvolvida nas redes sociais se alia à diplomacia e às instituições internacionais na busca por maior transparência, responsabilização e respeito aos direitos humanos.

De modo geral, reforça-se a necessidade de pesquisas futuras sobre a efetividade dessas mobilizações na geração de mudanças concretas, na mitigação dos riscos associados à repressão digital e vigilância estatal. Isso porque, embora haja riscos em termos de perseguição, até o momento, o ciberativismo como resistência digital, não apenas desafia o autoritarismo político, mas também redefine os paradigmas da participação política e do exercício de ativismo em contexto de perseguição política. O seu principal contributo é demonstrar a importância desse tipo de ativismo em contextos onde há enormes cerceamentos a direitos, sobretudo, num país que ainda permanece quase anônimo no cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 34, p. 315–338-315–338, 2016.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora. Revista de arte, mídia e política**, v. 8, n. 23, p. 73-97, 2015.

BALDÉ, Vanita. **O debate político nas redes sociais entre os imigrantes guineenses em Portugal: o caso das eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau em 2019/ 2020**. 2021.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, 15:5, p.739-768, 2012.

CASSAMÁ, Lassana. Guiné-Bissau Recupera Identidade na Internet. **Voz da América**, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/guine-bissau-recupera-identidade-na-internet/2535771.html>. Acesso em: 7 de março de 2025.

CASSAMÁ, Lassana. Umaro Sissoco Embaló ameaça com repressão manifestação contra destruição do Parque da Lagoa de N'Batinha. **Voz da América**, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/umaro-sissoco-embalo%3%B3-amea%3%A7a-com-repress%3%A3o-manifesta%3%A7%3%A3o-contra-destrui%3%A7%3%A3o-do-parque-da-lagoa-de-n-batinha-/6904419.html>. Acesso em: 8 de março de 2025.

CASTELLS, Manuel. **Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age**. John Wiley & Sons, 2015.

DA PHILIF SILVA, Augusto. Sequestro dos Direitos, Liberdades e Garantias Fundamentais Cíveis e Políticos, Pós-Eleições Presidenciais de 2019, na Guiné-Bissau Desacato à Democracia, Liberdade e a Dignidade de Pessoa Humana. **Direito UNIFACS–Debate Virtual-Qualis A2 em Direito**, n. 276, 2023.

DW. **Carta aberta denuncia os absurdos na Guiné-Bissau**. DW, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/carta-aberta-denuncia-os-absurdos-na-guin%C3%A9-bissau/a-70622871>. Acesso em: 10/03/2025.

DW. **Guiné-Bissau: ONU ameaça com novas sanções**. DW, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-onu-amea%C3%A7a-com-novas-san%C3%A7%C3%B5es/a-51115008>. Acesso em: 10/03/2025.

FELTRAN, Gabriel. A política como violência. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 17, n. 2, p. 228-257, 2021.

GERBAUDO, Paolo. Tweets and the streets: Social media and contemporary activism. Pluto press, 2012.

ISSUFO, Nádia. Ataques à Imprensa da Guiné-Bissau Serão Denunciados na ONU. **DW África**, 23 fev. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ataques-%C3%A0-imprensa-da-guin%C3%A9-bissau-ser%C3%A3o-denunciados-na-onu/a-70035811>. Acesso em: 8 de março de 2025.

KURTZ, João. Entenda a diferença entre Páginas e Grupos do Facebook. **TechTudo**, 11 jun. 2013. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2013/06/entenda-diferenca-entre-paginas-e-grupos-do-facebook.ghml>. Acesso em: 11 mar. 2025.

LIMA, Danilo Portela. Junta Militar Toma o Poder em Golpe de Estado na Guiné-Bissau - 12 de abril de 2012. **Relações Exteriores**, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/golpe-estado-guine-bissau/>. Acesso em: 7 de março de 2025.

LUSA. Ministério do Interior da Guiné-Bissau proíbe manifestações. **DW África**, 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/minist%C3%A9rio-do-interior-da-guin%C3%A9-bissau-pro%C3%ADbe-manifesta%C3%A7%C3%B5es/a-67990606>. Acesso em: 8 de março de 2025.

MANGO, Calido; KREUZ, Débora Strieder. A perseguição política na Guiné-Bissau e os desafios para a consolidação dos Direitos Humanos. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2024.

ONU NEWS. **Guiné-Bissau: ONU destaca instabilidade política e necessidade de reformas**. ONU News, 07 maio 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1671161>. Acesso em: 10/03/2025.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Resenha do livro “*Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da Internet*”, de Manuel Castells. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 407-410, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000200019>. Acesso em: 5 de março de 2025.

PESSÔA, Márcio. Chefe das Forças Armadas guineenses lidera lista de sanções da UE. **Deutsche Welle**, 4 maio 2012. Edição de Glória Sousa e António Rocha. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/chefe-das-for%C3%A7as-armadas-guineenses-lidera-lista-de-san%C3%A7%C3%B5es-da-ue/a-15927889>. Acesso em: 7 de março de 2025.

PUTRAWIDJOYO, Alfredo. **Running Head: Social Movement and Information Dissemination in the Digital Age**. Universitas Gadjah Mada, 2019.

QUEIROZ, Eliani de Fátima Covem. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, v. 7, n. 1, p. 2-5, 2017.

ROHLINGER, Deana A.; BUNNAGE, Leslie A. Collective identity in the digital age: Thin and thick identities in moveon. org and the tea party movement. **Mobilization**, v. 23, n. 2, p. 135-157, 2018.

SEIDI, Umaro. Atuando sob vigilância: relação entre movimentos sociais e regimes autoritários competitivos na Guiné-Bissau: o caso do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento (1991-2019). 2024. Dissertação de mestrado.

SEIDI, Umaro. **Violência em Protestos: Movimentos Sociais, Ciclos de Protestos e Ação Policial na Guiné-Bissau 2015-2020**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

SEMEDO, Rui Jorge. Ativismo político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 40, p. 13-36, 2020.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TUFEKCI, Zeynep. Social Movements and Governments in The Digital Age: Evaluating a complex landscape. **Journal of International Affairs**, p. 1-18, 2014.

TUFEKCI, Zeynep. Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest. **Yale University Press**, 2017.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR

Umaro Seidi é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. Membro do grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE), do Laboratório de Pesquisas em Arte e Sociedade (LaPAS) e do INCT Participa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Professores Dr. Marcelo Kunrath Silva (INCT/GPACE/UFRGS) e Dr. Matheus Mazzilli Pereira (INCT/GPACE/UFRGS) pela leitura atenta, contribuições críticas e sugestões de aprimoramento deste trabalho.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.